

O Suporte a Direitos de Minorias Culturais e o Desenvolvimento Moral

Gil Nata¹ & Isabel Menezes²

¹ Universidade Portucalense Infante Dom Henrique; Centro de Investigação e Intervenção Educativas da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

² Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto; Centro de Investigação e Intervenção Educativas

A qualidade das nossas democracias depende quer do sistema político em si, quer das "virtudes" dos seus cidadãos. Entre outras, a democracia necessita de cidadãos que participem na vida política e cívica, e que, simultaneamente, tolerem e aceitem a participação e identidade de outros, particularmente quando estes outros pensam de forma distinta da sua e são diferentes de si. Neste sentido, os autores desenvolveram e validaram uma escala de suporte a direitos de minorias culturais, que compreende 3 factores: direitos individuais, direitos culturais, e discriminação positiva. Neste trabalho será analisada a relação entre o nível de desenvolvimento moral (accedida através do *Moral Judgment Test*) e a defesa de direitos de minorias, especificamente da minoria cigana e imigrante, recorrendo a uma amostra de aproximadamente 500 sujeitos do 9º ao 11º ano de escolaridade. Os dados mostram que os sujeitos mais desenvolvidos em termos morais manifestam maior apoio aos direitos individuais das minorias e, contra as expectativas dos autores, um menor suporte das políticas de discriminação positiva. Não foi verificada qualquer relação significativa entre o desenvolvimento moral e a defesa dos direitos culturais das minorias.

Palavras-chave: Psicologia Política, Minorias culturais, Desenvolvimento Moral.

1. INTRODUÇÃO

Num mundo em progressiva globalização, os encontros e desencontros entre diferentes culturas são cada vez mais frequentes, trazendo consigo novos e difíceis desafios para as democracias e para o conjunto dos seus cidadãos. A negociação das diferentes identidades (culturais, de género, de orientação sexual, etc.) é, segundo Benhabib (1996), o principal problema político que as democracias enfrentam actualmente. Isto porque “um dos princípios morais fundamentais das democracias modernas é a resolução de dilemas ou problemas comportamentais através de negociações e discussões, em vez do uso do poder, força ou violência” (Lind, 1999, p. 4). Efectivamente, é função de um Estado democrático “contribuir para relações maioria-minorias positivas baseadas nos direitos humanos individuais, liberdades civis,

e direitos de grupo ou colectivos” (Reuter, 1994, p. 211), sendo a existência de mecanismos que impeçam a democracia de ser uma ditadura da maioria sobre cidadãos de grupos minoritários e/ou desfavorecidos, uma condição essencial da sua existência e parte integrante da sua natureza (Touraine, 1994).

A democracia necessita por isso de cidadãos tolerantes, moralmente desenvolvidos, “capazes de apreciar argumentos não só de pessoas que apoiam a nossa posição mas também dos que se opõem a ela” (Lind, 1999, p. 4), uma vez que a tolerância é essencialmente necessária quando não concordamos ou rejeitamos os pontos de vista dos outros (Habermas, 2003; Sullivan & Transue, 1999).

Consequentemente, a questão moral parece ser inevitável quando falamos de democracia e relação com os outros. “Na sua essência, o desenvolvimento psicológico moral diz respeito ao processo de progressiva complexificação do raciocínio subjacente ao juízo sobre o bem/mal, justo/injusto” (Coimbra, 1990, p. 29). Embora tenham existido vários investigadores – nomeadamente Piaget – que se debruçaram, de forma mais ou menos directa, sobre o raciocínio moral, a teoria do desenvolvimento moral cognitivo de Lawrence Kohlberg (1981) é aquela que mais atenção tem suscitado por parte dos teóricos e investigadores (Coimbra, 1990; Langford, 1995). “Após uma longa série de estudos, junto de crianças e adolescentes, Kohlberg conclui que o desenvolvimento moral ocorre segundo uma sequência específica de estádios, independentemente da cultura. O desenvolvimento, tal como em Piaget e em Selman, é conceptualizado como um movimento do menos para o mais complexo, do egocentrismo para a descentração, sendo a sequência invariante” (Coimbra, 1990, p. 32). A teoria de Kohlberg propõe seis estádios de desenvolvimento moral, que se agrupam dois a dois em três níveis: o nível pré-convencional, quando o sujeito apresenta um raciocínio moral essencialmente egocêntrico, limitado ao imediato, e dominado pelo interesse próprio; o nível convencional, em que a perspectiva do indivíduo vai além do interesse próprio, dando lugar à ênfase da conformidade ou lealdade relativamente às normas (formais e/ou informais), com as expectativas da família, dos grupos, da nação de pertença do sujeito, a serem valorizadas em si mesmas, independentemente das consequências; e o nível pós-convencional, quando o raciocínio é baseado em princípios de justiça abstractos que transcendem as normas sociais, existindo o esforço para definir valores e princípios morais com validade e aplicação para além da autoridade dos grupos ou pessoas que os definem (Kohlberg, 1976; Lind, 1985; Coimbra, 1990).

Apesar da relevância das questões morais na forma como os indivíduos lidam com diferentes identidades (e particularmente, diferentes identidades culturais), encontramos poucos estudos que se debrucem esta problemática, pelo que temos ainda um conhecimento ainda superficial sobre a matéria. Se Ijzendoorn (1989) refere que sujeitos com menor desenvolvimento moral são genericamente mais etnocêntricos e autoritários, Glover (1994) não encontrou relação entre aquele e o preconceito relativamente a minorias raciais.

Com o intuito de aprofundarmos o nosso conhecimento deste fenómeno procurámos estudar a relação entre o nível de desenvolvimento moral e o suporte a diferentes tipos de direitos de minorias culturais.

2. MÉTODO

2.1 Participantes

A amostra deste estudo é constituída por 519 sujeitos (41% do sexo masculino), que frequentavam o 9º (34% da amostra), o 10º (35%), e o 11º (31%) anos de escolaridade, em cinco escolas pertencentes aos concelhos da Maia (16% da amostra), da Póvoa do Varzim (20% da amostra), de Vila Nova de Gaia (25% referentes a uma escola e 21% referentes a outra) e Braga (18%). As idades variam entre os 14 e os 19 anos, com uma média de 15,85 e um desvio padrão de 1,22.

2.2 Instrumentos

Para o presente trabalho foram utilizado dois instrumentos: o Moral Judgment Test (MJT) e a Escala de Suporte a Direitos de Minorias.

A Escala de Suporte a Direitos de Minorias foi desenvolvida por Nata e Menezes (Nata, 2007), e, como o nome indica, é uma escala que procura avaliar o suporte a dimensões relacionadas com direitos de minorias, designadamente culturais - os sujeitos foram inquiridos especificamente sobre a minoria cigana e os imigrantes de leste. A escala é constituída por 20 itens, agregados em 3 dimensões: a primeira intitulámos **direitos individuais**, na medida em que o suporte a estes não implica qualquer referência às especificidades culturais dos sujeitos pertencentes a minorias (e.g., “se um cigano fizer um trabalho igual ao de outra pessoa, deve receber o mesmo salário”; “um imigrante de leste deve ter os mesmos benefícios sociais - direito ao sistema de saúde,

direito ao subsídio de desemprego... - que outra pessoa que não seja imigrante”); a segunda designámos por **direitos culturais**, uma vez que a defesa destes direitos implica a defesa do direito à diferença, isto é, à manutenção de características culturais próprias da minoria (e.g., “os ciganos devem poder manter a sua língua”; “acho que os imigrantes de leste têm o direito de construir uma igreja de uma religião diferente da minha”); e, por último, um factor a que demos o nome de **discriminação positiva**, uma vez que implicam a defesa de um tratamento preferencial das minorias (e.g., “os ciganos deviam ter mais facilidades para entrar na faculdade porque são um grupo desfavorecido”; “os imigrantes de leste deviam ter direitos especiais porque são discriminados - tratados de uma forma negativa pelas pessoas e pela sociedade”). A escala apresenta bons índices de ajustamento quando sujeita a análise factorial confirmatória (CFI = .96; SRMR = .071; RMSEA = .066) e *alphas de Cronbach* satisfatórios (.89 para os direitos individuais, .87 para os direitos culturais, e .82 para a discriminação positiva). Para uma análise pormenorizada da escala, bem como das suas propriedades psicométricas, ver Nata (2007).

O Moral Judgment Test (MJT) foi desenvolvido por Georg Lind (1985, 1999, 2000), com base na teoria de Kohlberg. Resumidamente, esta medida apresenta aos sujeitos duas pequenas histórias (dilemas dos operários e do médico), em relação às quais são posteriormente dados argumentos morais contra e a favor das acções dos protagonistas, argumentos esses que têm níveis de complexidade moral diferenciados. Os respondentes devem primeiro pronunciar-se se são contra ou a favor destas acções, para depois darem o seu grau de concordância com os argumentos contra e a favor das mesmas. Com base nas respostas dos sujeitos é calculado um índice de competência moral (resultado C), que é um resultado contínuo estandardizado, variando entre 1 (resultado mais baixo) e 100 (resultado mais alto). O *resultado C* expressa essencialmente a coerência dos sujeitos a valorizarem de igual forma quer argumentos contra quer a favor da posição que defendem (que são equiparáveis no que diz respeito à sua complexidade moral).

Adicionalmente, e devido a limitações encontradas no *resultado C*, os autores desenvolveram um indicador próprio (com base nas respostas dos sujeitos ao MJT) de desenvolvimento moral (para uma descrição pormenorizada das limitações, bem como da fórmula de cálculo alternativa proposta, ver Nata, 2007).

3. RESULTADOS

Na tabela abaixo são apresentadas as correlações (de *Pearson*) e respectivos r^2 entre os dois indicadores de desenvolvimento moral (o indicador original do MJT, intitulado *resultado C*, e o indicador desenvolvido pelos autores, também com base no MJT) e as 3 dimensões da Escala de Suporte a Direitos de Minorias (direitos individuais, direitos culturais, e discriminação positiva).

Tabela 1 – Correlações (e r^2) entre o desenvolvimento moral e o suporte a direitos das minorias

	Direitos Individuais	Direitos Culturais	Discriminação Positiva
Resultado C	n.s.	n.s.	n.s.
Nosso Indicador	$r = ,106^*$ ($r^2 = ,011$)	n.s.	$r = -,122^{**}$ ($r^2 = ,015$)

* $p < .05$; ** $p < .01$; n.s. = não significativo

Como podemos observar, o desenvolvimento moral acedido através do indicador do MJT não se correlacionou com nenhum dos direitos das minorias. Já quando é calculado através do nosso índice, o desenvolvimento moral mostra ser um preditor do suporte aos direitos individuais e (negativamente) da discriminação positiva, embora não do suporte aos direitos culturais. Assim, os resultados indicam que os sujeitos com maior complexidade moral são mais apoiantes dos direitos individuais das minorias, mas menos apoiantes das políticas de discriminação positiva. Adicionalmente, o nível de desenvolvimento moral não parece ter influência na defesa dos direitos culturais das minorias. É importante ainda reconhecer a baixa magnitude das relações estatisticamente significativas.

4. DISCUSSÃO

Em primeiro lugar, importa destacar as diferenças entre os dois indicadores de desenvolvimento moral. Embora ambos se construam tendo por base as respostas dos sujeitos aos dilemas do *Moral Judgment Test*, e a correlação entre os dois seja alta ($r = ,657$, $p < ,001$), o nosso indicador parece, para o efeito pretendido, demonstrar uma

maior capacidade de preditiva. Na opinião dos autores, seria interessante testar esta forma alternativa de cálculo noutros estudos (passados e futuros) em que o MJT tenha sido ou venha a ser usado, de forma a verificar se esta diferença também se encontra.

Em segundo lugar, importa analisar as relações entre o desenvolvimento moral (através do nosso indicador) e o suporte aos diferentes direitos das minorias. Provavelmente o dado mais surpreendente deste trabalho, é o da relação negativa entre o desenvolvimento moral e o suporte a políticas de discriminação positiva, indicando que à medida que o raciocínio moral aumenta de complexidade, os sujeitos têm maior relutância em aceitar políticas diferenciadoras das minorias. Na nossa opinião, este facto aparentemente estranho poderá ser compreendido se considerarmos o nível etário dos sujeitos da nossa amostra e respectivo desenvolvimento moral. Isto é, os sujeitos mais desenvolvidos moralmente (na nossa amostra) poderão ser mais sensíveis à igualdade de tratamento de todas as pessoas, independentemente das suas pertenças culturais, explicando simultaneamente o maior suporte à igualdade de direitos que não são diferenciadores dos cidadãos (direitos individuais) bem como a sua oposição a políticas que favoreçam grupos particulares (discriminação positiva). A sensibilidade para a necessidade de um espaço público culturalmente plural, necessariamente “contaminado” pelas pertenças particulares dos seus cidadãos (direitos culturais), bem como da necessidade de políticas activas diferenciadoras de grupos específicos para que se consigam igualdades reais nas nossas sociedades (discriminação positiva), estarão provavelmente associadas a níveis ainda mais complexos de desenvolvimento moral. Pelo que, na expectativa dos autores, futuros estudos que diversifiquem a amostra, incluindo designadamente sujeitos de nível etário mais elevado (e com maior desenvolvimento moral) deverão encontrar relações igualmente consistentes entre altos níveis de desenvolvimento e a defesa dos direitos culturais, bem como a inversão da relação negativa entre o nível de desenvolvimento e as políticas de discriminação positiva.

Por último, não devemos ignorar as baixas magnitudes dos efeitos encontrados, indicando que o impacto do desenvolvimento moral poderá não ser tão elevado quanto seria expectável (pelo menos para os autores) na defesa dos direitos daqueles que não partilham partes significativas das suas identidades com a maioria. No entanto, deve-se realçar que a dimensão da competência moral pretende ser uma dimensão psicológica profunda, estrutural no ser humano e que, embora baixo, o efeito parece ser bastante

consistente. Efectivamente, noutras análises levadas a cabo pelos autores (Nata, 2007), os efeitos observados mantêm-se, mesmo em presença de um número considerável de outras variáveis (testadas através de modelos de regressão múltipla) (como por exemplo o sexo, idade, escolaridade dos pais, percepção de ameaça, percepção das diferenças culturais, vinculação, contacto com minorias, sentido de comunidade, entre outras). Assim, apesar de pequeno, o efeito do desenvolvimento moral parece revelar ganhos sólidos no que diz respeito ao suporte de direitos de minorias, designadamente de direitos tão fundamentais para as nossas democracias, como a igualdade dos cidadãos no acesso à segurança social e ao mercado de trabalho (uma vez que são direitos deste tipo que estão representados na dimensão dos direitos individuais da escala apresentada). Visto assim, talvez pequenas diferenças sejam de grande importância.

CONTACTO PARA CORRESPONDÊNCIA

Gil Nata

Universidade Portucalense Infante Dom Henrique, Rua António Bernardino de Almeida, 541/619, 4200-072 Porto
gil.nata@gmail.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Benhabib, S. (1996). Introduction. In S. Benhabib (Ed.), *Democracy and Difference* (pp. 3-18). Princeton: Princeton University Press.
- Coimbra, J. L. (1990). Desenvolvimento Interpessoal e Moral. In B. P. Campos (Ed.), *Psicologia do Desenvolvimento e Educação de Jovens* (pp. 9-49). Lisboa: Universidade Aberta.
- Glover, R. J. (1994). Using Moral and Epistemological Reasoning as Predictors of Prejudice. *The Journal of Social Psychology*, 134(5), 633-640.
- Habermas, J. (2003). Intolerance and Discrimination. *I.CON*, 1(1), 2-12.
- Ijzendoorn, M. H. v. (1989). Moral Judgment, Authoritarianism, and Ethnocentrism. *The Journal of Social Psychology*, 129(1), 37-45.
- Kohlberg, L. (1976). Moral Stages and Moralization. The Cognitive-Developmental Approach. In T. Lickona (Ed.), *Moral Development and Behavior. Theory, Research and Social Issues*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- Kohlberg, L. (1981). *Essays on Moral Development* (Vol. I & II). Cambridge: Harper & Row.

- Langford, P. E. (1995). *Approaches to the Development of Moral Reasoning*. Sussex: Lawrence Erlbaum Associates.
- Lind, G. (1985). The Theory of Moral-Cognitive Development. A Social-Psychological Assessment. In G. Lind, H. A. Hartmann & R. Wakenhut (Eds.), *Moral Development and the Social Environment. Studies in the Psychology and Philosophy of Moral Judgment and Education*. Chicago: Precedent Publishing, Inc.
- Lind, G. (1999). An Introduction to the Moral Judgment Test (MJT). Retrieved 4/7, 2007, from <http://www.uni-konstanz.de/ag-moral/mut/mjt-engl.htm>
- Lind, G. (2000). Review and Appraisal of the Moral Judgment Test (MJT). Retrieved 4/7, 2007, from <http://www.uni-konstanz.de/ag-moral/mut/mjt-engl.htm>
- Nata, G. (2007). *Diferença Cultural e Democracia. Identidade, cidadania e tolerância na relação entre maioria e minorias*. Tese de Doutoramento Policopiada. FPCE-UP, Universidade do Porto, Porto.
- Reuter, L. R. (1994). Ethnic-cultural minorities in Germany: life changes, educational opportunities, minority group identity, and political participation. In R. F. Farnen (Ed.), *Nationalism, ethnicity, and identity* (pp. 207-276). London: Transaction Publishers.
- Sullivan, J. L., & Transue, J. E. (1999). The Psychological Underpinnings Of Democracy: A Selective Review of Research on Political Tolerance, Interpersonal Trust, and Social Capital. *Annual Review of Psychology*, 50(1), 625-650.
- Touraine, A. (1994). *O Que É a Democracia?* Lisboa: Instituto Piaget.